

ATA DA 559ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DE MINAS GERAIS (CES-MG), dia 12 de Abril de 2021 (segunda - feira), horário: 9h às 18h na plataforma virtual. A reunião iniciou, através da leitura da pauta, pelo Vice-presidente CES-MG, Ederson Alves da Silva, segmento usuário, entidade CUT-MG. Pauta: 9h às 9h20min - Informes das Conselheiras e dos Conselheiros, e Mesa Diretora do Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais. • 9h20min às 09h30min – Apreciação e aprovação das Atas (reunião extraordinária de janeiro e ordinária março de 2021). • 09h30min às 10h30min – Apreciação e Deliberação do Relatório Anual de Gestão de 2018. • 10h30min às 10h45min – Intervalo. • 10h45min às 12h – Continuação da Discussão, Apreciação e Deliberação do Relatório Anual de Gestão de 2018. • 12h às 14h – Almoço. • 14h às 15h30min – Situação Epidemiológica da COVID-19 em MG e Vacinação Contra a influenza e COVID-19; • 15h às 15h15min – Intervalo. • 15h15min às 18h - A situação do enfrentamento das Arboviroses Urbanas-Dengue, Zika Vírus e Chikungunya. O Vice-presidente do CES-MG, Ederson Alves da Silva, segmento usuário – Entidade CUT-MG iniciou a reunião. O Secretário Estadual de Saúde de Minas Gerais -Fábio Baccheretti Vitor informou que tem esperança pela queda de casos do Covid-19 no Estado como um todo, mas relatou que é preocupante a situação das regiões Leste em especial o Município de Governador Valadares, a região oeste de Divinópolis, onde estão ocorrendo maior incidência de casos de COVID-19. Informa que na região central são registrados mais dados, observa-se uma queda na incidência no RT, de 800 para 500 casos na central de internação SUSFÁCIL. Destacou a dificuldade de aquisição dos Kits de intubação, disse que em reunião com o Ministro da Saúde foi mencionado os sedativos, informou que o Ministério da Saúde requereu medicamentos. Destacou que o Oxigênio “já não é mais problema”, em razão de uma resolução que definição do financiamento para os Hospitais. A vacinação contra a Covid-19 diminuiu o número de casos inclusive entre os profissionais de saúde. Informes: A Conselheira Estadual de Saúde de Minas Gerais, Claudete Liz de Almeida, segmento usuária, entidade UGT, relatou a demora da vacina para os idosos. O Conselheiro Estadual de Saúde de Minas Gerais, Erli Rodrigues, segmento usuário, entidade MORHAN-MG, agradeceu pela oportunidade de ser indicado para a Comissão de Indenização dos Segregados da Hanseníase, mas que não dispõe de recurso de informática para acesso ao SEI e sentiu dificuldade de atender o processo burocrático da avaliação das requisições da indenização a serem concedidas em razão do tempo que a avaliação requer e dos compromissos assumidos

pela Coordenação da Câmara Técnica de Orçamento e Financiamento. O Conselheiro Estadual de Saúde de Minas Gerais, Glayson da Silva Barbosa, segmento Trabalhador, entidade CRO-MG, informou que em 24/02/2021 foi realizada uma reunião entre os coordenadores de saúde bucal de Minas Gerais e os técnicos da Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais (SES-MG) para confecção do Instrumento Orientador para a Reorganização dos Serviços Públicos de Saúde Bucal/APS em tempos trans COVID-19, onde foi deliberada a realização de reuniões periódicas com os coordenadores e divulgação das referências técnicas de saúde, e proposta de parcerias com as universidades com vistas a apoiar profissionais capacitados para a atuação da Saúde bucal. O Conselheiro Estadual de Saúde de Minas Gerais, Erli Rodrigues, segmento usuário, entidade MORHAN-MG informou que conversou com a Secretaria Municipal de Saúde Governador Valadares e verificou a situação dos hospitais da região. Informou que o Município de Governador Valadares está recebendo pacientes sem ter condições e existe a dificuldade de atendimento em razão da falta de computadores para inclusão do paciente no sistema. Solicitou ao CES-MG requisição junto ao Ministério Público para a verificação da perspectiva de conclusão das obras do hospital regional e das dificuldades dos outros hospitais. O Conselheiro Estadual de Saúde de Minas Gerais, Roberto Santana Lisboa Batista, segmento trabalhador entidade Conselho Regional de Farmácia de Minas Gerais (CRF-MG) informa que o órgão irá liberar farmacêuticos de farmácias particulares para os municípios que estão com dificuldades para atender as demandas de vacinação, e destacou os procedimentos para que os municípios tenham acesso às verbas. A Conselheira Estadual de Saúde de Minas Gerais, Terezinha de Oliveira Rocha, segmento usuária, entidade FADEMG, informou que em virtude da “onda rocha” da covid-19, existe muita dificuldade de marcação de consulta de clínico geral. O Conselheiro Estadual de Saúde de Minas Gerais, Eduardo Araújo Souza entidade Morhan, segmento usuário, informa que na cidade de Uberlândia houve um momento crítico de óbitos pelo Covid-19, que está diminuindo, graças a vacinação que permite a diminuição de espera em filas de UTI. O Primeiro Secretário de Mesa Diretora do CES-MG, Renato de Almeida Barros, segmento trabalhador, entidade SINDSAUDE, destacou a liminar que suspendeu a Organização Social (OS) no Hospital Regional Antônio Dias da Rede FHEMIG, em Patos de Minas. Destacou a necessidade de reunião com os Conselhos Municipais de Saúde da Região Noroeste, para o reforço da não implantação de Organização Social na rede FHEMIG. A Conselheira Estadual de Saúde de Minas Gerais, Leida Maria de Oliveira Uematu, segmento usuário entidade Fórum Mineiro de Saúde Mental, agradeceu pela participação no Fórum da “ABRASCO”, informou da dificuldade de conseguir medicamentos na Farmácia de Minas. O Conselheiro Estadual de Saúde de Minas Gerais, Rubens Silvério da Silva, segmento usuário entidade FAMEMG destacou a atuação da Câmara Técnica de Comunicação, em relação ao acesso às informações para que todos saibam seus direitos e deveres, de como participar da defesa do SUS. Destacou o dia Internacional da Saúde, e a “LIVE”, que requereu informações claras, com vistas à redução de “Fake News”. O Terceiro Secretário da Mesa Diretora do CES-MG, Pedro Israel da Cunha, segmento

usuário entidade CNBB, externou a satisfação por haver as explanações entre o CES-MG e o Secretário Estadual de Saúde de Minas Gerais, pediu esclarecimento quanto ao quantitativo de doses recebidas 2.800,00 doses quando comparadas ao Rio de Janeiro que recebeu 7.600,00. O Conselheiro Estadual de Saúde de Minas Gerais Antônio Pádua Aguiar, segmento usuário, entidade CUT-MG, destaca o dia 28 de Abril considerado o dia Mundial em memória as vítimas de acidente do trabalho. Informou que a Comissão Intersetorial de Saúde da Trabalhadora e do Trabalhador (CISTT) tem a intenção de fazer promover uma “LIVE”, com convite do Fórum Sindical e Popular e Observatório de Saúde do Trabalhador, solicitou a SES-MG que faça o convite á todas as CERESTs do Estado. O Vice- presidente do CES-MG, Ederson Alves da Silva, informa que já foi solicitado a SES-MG, resposta sobre a fila de tratamento do câncer e a situação do Hospital de Governador Valadares, comentou da vitória do Controle Social sobre a retirada do edital para contratação de Organização Social (O.S) no Hospital Antônio Dias da rede FHEMIG. A Conselheira Estadual de Saúde de Minas Gerais, Gláucia de Fátima Batista, entidade CRESS, segmento trabalhadora, apresentou uma denúncia no município de Governador Valadares: um paciente em estado grave com Covid-19 teve atendimento negado por se tratar de morador de rua, sem familiar e sem documentação. O Vice-presidente do CES-MG, Ederson Alves da Silva, segmento usuário – Entidade CUT-MG, solicitou a Conselheira Estadual de Saúde de Minas Gerais, Gláucia de Fátima Batista segmento trabalhadora, entidade CRESS-MG, encaminhar as informações pelo para o CES_MG que será encaminhado para Assessoria de Parcerias em Saúde-SES-MG para providências. O Vice-presidente do CES-MG, Ederson Alves da Silva, segmento usuário – Entidade CUT-MG solicitou aprovação de ATA de Reunião Ordinária de Janeiro de 2021, aprovada, com uma abstenção da Conselheira Estadual de Saúde de Minas Gerais, Terezinha de Oliveira Rocha, segmento usuária, entidade FADEMG, que informou estar com dificuldades de acesso para leitura. O Conselheiro Estadual de Saúde de Minas Gerais Antônio Pádua Aguiar, segmento usuário, entidade CUT-MG, membro da Câmara Técnica de Orçamento e Financiamento (CTOF) de iniciou a leitura do Parecer do Relatório Anual de Gestão 2018. A Conselheira Estadual de Saúde de Minas Gerais, Consuelo Aparecida Gonzaga, segmento usuária, entidade, FADEMG, membra da CTOF, deu continuidade á leitura do relatório, aprovado com ressalvas pelo Pleno do CES-MG. O Conselheiro Estadual de Saúde de Minas Gerais, Erli Rodrigues, segmento usuário, entidade MORHAN-MG, e coordenador da Câmara Técnica de Orçamento e Financiamento (CTOF) destacou a falta de retorno da gestão as demandas requeridas pela avaliação do RAG 2018, e o descumprimento do mínimo constitucional com impacto na assistência, indicou a reprovação, elogiou a participação da Superintendente de Planejamento e Finanças – SES-MG, Débora Alessandra Kawahara Morelli, nas reuniões da CTOF, informou que o Parecer da CTOF sugere aprovação com ressalvas do RAG 2018 e cabe ao Pleno do Conselho Estadual de Saúde a avaliação pensando na saúde do Estado e na classificação de Minas Gerais como 25^o- no ranking de investimento em saúde. A Conselheira Estadual de Saúde de Minas Gerais, Aletéia D'Alcântara Gonçalves Silva, segmento usuária

entidade FADEMG, pediu para registrar que indicou a reprovação, em decorrência da falta de gasto do mínimo constitucional, a saúde deve ser prioridade e algumas respostas encaminhadas não foram suficientes para atender as demandas requeridas e o descumprimento teve impacto na assistência em saúde. A assessoria Estratégica da SES-MG, Marina Queiros Cury, informou que foi elaborado um documento com as respostas para todos os questionamentos e que houve participação da assessoria nas últimas reuniões. O Conselheiro Estadual de Saúde de Minas Gerais, Romulo Luiz Campos, segmento usuário, entidade FETAEMG, parabenizou a CTOF por todo trabalho realizado, e registrou que há vários apontamentos que estão pendentes de esclarecimento, e sugeriu que, diante das pendências, independentemente de ser aprovado ou não, o relatório, deve ser reportado a outros órgãos de fiscalização como, Tribunal de Contas, Ministério Público, e até mesmo a Assembleia Legislativa de Minas Gerais. O Vice-presidente do CES-MG, Ederson Alves da Silva, informou que o Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais é um órgão deliberativo e fiscalizador que o procedimento será feito. A Conselheira Estadual de Saúde de Minas Gerais, Gláucia de Fátima Batista, segmento trabalhadora, entidade CRESS-MG, informou houve violação dos direitos humanos, e direito da saúde, por não se aplicar o mínimo constitucional de 12%, um dever do Estado. O Conselheiro Estadual de Saúde de Minas Gerais, Antônio Pádua Aguiar, segmento usuário, entidade CUT-MG, informou que sugeriu que o relatório fosse aprovado com ressalva, que a parte os questionamentos estão nas ressalvas, os conselheiros estão atentos e que caberá ao Controle Social decidir. O primeiro secretário da Mesa Diretora do CES-MG, Renato de Almeida Barros, entidade SINDSAÚDE, segmento trabalhador, informou que o CES-MG tem que “ter uma decisão”, “aprova ou não aprova” que nos últimos, as aprovações com ressalva ocasionaram em o Estado deixar de cumprir o “mínimo constitucional”, um dever do Estado. É responsabilidade do CES-MG não aprovar o Relatório Anual de Gestão 2018, e abrir uma discussão com o Tribunal de Contas. O CES-MG deve sempre discutir com os órgãos competentes, a fim de assegurar os investimentos na saúde. O Conselheiro Estadual de Saúde de Minas Gerais, Romulo Luiz Campos, segmento usuário, entidade FETAEMG, informou que o relatório tem ressalvas com pendências para ser resolvidas, razão da não aprovação das contas. O Conselheiro Estadual de Saúde de Minas Gerais, Erli Rodrigues, segmento usuário, entidade MORHAN-MG, e coordenador da Câmara Técnica de Orçamento e Financiamento (CTOF), informa que o usuário teve prejuízo na falta de assistência e que as ressalvas, devem ser resolvidas. O Conselheiro Estadual de Saúde de Minas Gerais, Roberto Santana Lisboa Batista, segmento trabalhador, entidade CRF-MG, destacou que as ressalvas feitas no relatório devem ter acompanhamento por parte da SES-MG e um comprometimento de para que essas ressalvas “não apareçam mais”. O Conselheiro Estadual de Saúde de Minas Gerais, Maurício Silva Vitor Amaral segmento usuário entidade TRANSVIDA, destacou o impacto do descumprimento do mínimo constitucional ao acesso a saúde e a assistência. A Conselheira Estadual de Saúde de Minas Gerais, Aletéia D'Alcântara Gonçalves Silva, segmento usuária entidade FADEMG, informou que a Lei

Complementar 141/2012, diz que cabe ao CES-MG, aprovar ou não o econômico e o financeiro, que enquanto Controle Social tem a responsabilidade de fiscalizar o serviço de saúde que está sendo prestado. Não “da mais” para se aprovar o relatório com ressalvas. O não cumprimento do mínimo constitucional de 12%, pressupõe a não aprovação. Não houve cumprimento das ressalvas dos anos anteriores. A Superintendente de Planejamento e Finanças - Débora Alessandra Kawahara Morelli informou que a equipe da CTOF traz colocações muito pertinentes, que o Tribunal de Contas já está atuando juntamente com a SES-MG para que seja feito a aplicação do cumprimento do que a lei determina, no momento as discussões analisadas serão mais assertivas para que de fato se cumpra o mínimo constitucional. O Conselheiro Estadual de Saúde de Minas Gerais, Geraldo Heleno Lopes, entidade FAPMG, segmento usuário, informa que o papel Conselho Estadual de Saúde é deliberativo, que a aprovação do relatório com ressalvas é para “não perder todo o relatório”, houve impacto na assistência a saúde em razão do descumprimento do mínimo constitucional. O primeiro secretário da Mesa Diretora, Renato de Almeida Barros informou que deve assegurar um prazo para que o Estado cumpra com o recurso financeiro. O Conselheiro Estadual de Saúde de Minas Gerais, Romulo Luiz Campos, segmento usuário, entidade FETAEMG, pede para acrescentar no relatório que o Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais não aprova as contas com a falta de gasto do mínimo estabelecido pela legislação. A Segunda Diretora de Comunicação e Informação do SUS-MG, Marília Aparecida Rosário Oliveira Santos, segmentos prestador, entidade AHFMG, falou da metodologia da Câmara Técnica de Orçamento e Financiamento em apresentar o relatório com o parecer final a ser apreciado e que a aprovação com ressalva, foi acordado pela CTOF. O Vice-presidente do CES-MG, Ederson Alves da Silva esclareceu os tramites de “restos a pagar”, que é um “grande prejuízo á saúde publica”. O Conselheiro Estadual de Saúde de Minas Gerais, Romulo Luiz Campos, segmento usuário, entidade FETAEMG, esclarece que a decisão final não é da Câmara Técnica de Orçamento e Financiamento e sim do Pleno do Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais. O Vice-presidente CES-MG, Ederson Alves da Silva, segmento usuário, entidade CUT-MG, colocou em votação o Relatório de Gestão de 2018: Aprovação: 0 Votos, Aprovação com Ressalva: 20 votos, Reprovação: 6 votos, Abstenção: 1, encaminhar o Relatório Anual de Gestão 2018 aos órgãos de controle. O Relatório Anual de Gestão 2018 foi aprovado com ressalva pelo Pleno Conselho do Estadual de Saúde de Minas Gerais. Após intervalo para almoço, O Vice-presidente CES-MG, Ederson Alves da Silva, segmento usuário, entidade CUT-MG, reinicia a reunião, com um informe da Coordenadora da Câmara Técnica de Educação Permanente, a Conselheira Estadual de Saúde de Minas Gerais, Gláucia de Fátima Batista, entidade CRESS, segmento trabalhadora que informa o planejamento para o curso de qualificação para conselheiros, que devido à pandemia, não foi possível a realização das oficinas presenciais, mas que nos meses de maio e junho será verificado a disponibilidade dos inscritos para dar continuidade. Em seguida a apresentação da Situação Epidemiológica da COVID-19 em MG e Vacinação Contra a influenza e COVID-19, proferida pela servidora da Secretaria Estadual

de Saúde de Minas Gerais, da coordenação de imunização Joseane. Destacou o trabalho dos profissionais de saúde, as dificuldades de acesso em algumas regiões. Informou que mesmo vacinados, todos devem manter a prevenção através dos cuidados, uso de máscaras e higienização. Destacou a campanha de vacinação contra a Influenza H1N1, com o objetivo de evitar complicações e óbitos. O Conselheiro Estadual de Saúde de Minas Gerais, Maurício Silva Vitor Amaral segmento usuário entidade TRANSVIDA, apresentou a necessidade de acesso a vacina dos pacientes transplantados e que fazem hemodiálise, que mesmo depois de registrado em ofício, ainda não receberam vacinação. O Conselheiro Estadual de Saúde de Minas Gerais, Roberto Santana Lisboa Batista, entidade CRF-MG, segmento trabalhador, destacou a falta de comunicação do Estado e o planejamento da SES-MG. Informou que a vacina está sendo aplicada nos dias de sábado, mas desembarca na quinta-feira, que alguns municípios só sabem o quantitativo quando “chega até a regional”. Pede a SES-MG um posicionamento em relação a reserva de doses de vacina da Covid-19. A Conselheira Estadual de Saúde de Minas Gerais, Gláucia de Fátima Batista, entidade CRESS, segmento trabalhadora deu ênfase a prioridade de vacinação aos idosos, pediu esclarecimento do por que ainda não ter sido vacinado 100% deste público alvo. Questionou o procedimentos de vacinação dos trabalhadores, profissionais de saúde, da falta de cadastro no CNES. É “inadmissível” a não atualização do cadastro dos profissionais para ser ter detalhamento em prol da imunidade. A Conselheira Estadual de Saúde de Minas Gerais, segmento trabalhador, entidade SINMED, Ariete do Perpétuo Socorro Domingues de Araújo, destacou o planejamento da vacinação da Influenza, que serão vacinas crianças de até seis anos de idade, mas que em Belo Horizonte foi divulgado crianças de até 11 meses, porque essa diferença? A Conselheira Estadual de Saúde de Minas Gerais, Claudete Liz de Almeida, segmento usuária – entidade UGT informa que, a vacinação está “lenta”, que a linha de frente para a imunização deve ser os idosos e os trabalhadores da saúde. A técnica da SES-MG apresentou as seguintes respostas: em relação aos grupos de prioridade, como os transplantados, que fazem hemodiálise, para vacinar, quem estabelece as prioridades é o Ministério da Saúde, que em cada remessa de vacina que chega é enviado um documento percentual e os grupos que serão atendidos, apresentou as informações da nota oficial do Ministério da Saúde. Informou que a chegada das vacinas, em decorrência de distribuição as regionais de saúde, segue o cronograma do Ministério da Saúde. A chegada das vacinas, passa por conferência de quantitativo, e depende de uma logística que demanda tempo e equipes capacitadas. Os esforços estão sendo realizados para a distribuição, tudo depende da diretriz nacional. A situação depende exclusivamente do Ministério da Saúde. A equipe de comunicação da SES-MG tem que rever as estratégias de efetivação das informações. Os trabalhadores da saúde que ainda não foram imunizados foram contratações recentes como residentes, pessoas afastadas que voltaram á frente de trabalho e outros. Está sendo averiguadas as situações adversas. Alguns municípios tem sua própria estratégia no atendimento de imunização. A logística de distribuição conforme a necessidade quantitativa de cada município. A Conselheira Estadual de Saúde de Minas Gerais, Aletéia

D'Alcântara Gonçalves Silva, segmento usuária entidade FADEMG informou que em municípios pequenos está ocorrendo o “fura fila”, que não existe um listagem das pessoas que foram vacinadas, que falta transparência, que pessoas “Vips” estão sendo beneficiadas. Em Araxá foram vacinadas pessoas que não estão no grupo prioritário, que trabalhadores da linha de “frente”, não foram vacinados. O primeiro secretário da Mesa Diretora do CES-MG, Renato de Almeida Barros, entidade SINDSAÚDE, segmento trabalhador, destacou a importância do trabalho dos trabalhadores. A SES-MG tem que orientar sobre a necessidade real de imunização. Sugere que seja feito um trabalho no tempo de vacinação dos trabalhadores da SES-MG que ainda não tomaram a 2ª dose conforme a Deliberação CIB- SUS/MG nº 3.314, de 29 de janeiro de 2021, que aprova a distribuição das vacinas aos municípios para imunização dos grupos prioritários contra COVID-19 no Estado de Minas Gerais, de acordo com as diretrizes do Programa Nacional de Imunizações, e dá outras providências. O Conselheiro Estadual de Saúde de Minas Gerais, Rubens Silvério da Silva, segmento usuário - entidade FAMEMG, informou que na distribuição das vacinas, há muita discrepância entre os municípios em relação à quantidade. E destacou a importância da imunização dos profissionais de saúde. O Conselheiro Estadual de Saúde de Minas Gerais, Denilson Gonçalves, segmento usuário entidade Morhan, destacou a importância da vacinação para conselheiros. A Secretária Geral do CES-MG, Lourdes Aparecida Machado, segmento trabalhador, entidade CRP-MG deu ênfase a responsabilidade dos Conselhos profissionais em receberem reclamações sobre o acesso às vacinas, que a categoria cobra, há muitas queixas. Os trabalhos sociais são prioridade, há denúncias da “falsa imunização”, e uma preocupação de como o Governo está “lidando com isso”. O Terceiro Secretário da Mesa Diretora do CES-MG, Pedro Israel da Cunha, segmento usuário entidade CNBB, Pedro Cunha parabenizou Joseane pela explanação, comparou o Governo Romeu Zema com o Governo Bolsonaro, destacou a falta vacinas e atendimentos, e falta de kits de intubação. O Conselheiro Estadual de Saúde de Minas Gerais, Erli Rodrigues, segmento usuário, entidade MORHAN-MG, informou que o Estado deve fazer levantamento de pessoas prioritárias para vacinar, que os Hospitais estão lotados, deve ser feita uma estratégia para a vacinação. Em Governador Valadares está em situação crítica no enfrentamento do Covid-19. O Conselheiro Estadual de Saúde de Minas Gerais, Roberto Santana Lisboa Batista, segmento trabalhador entidade Conselho Regional de Farmácia de Minas Gerais (CRF-MG) ,informou que o prazo no recebimento da vacina, e distribuição que não coincidem. O Conselheiro Estadual de Saúde de Minas Gerais, Romulo Luiz Campos, segmento usuário, entidade FETAEMG, informou que as vacinações estão precisando “ser vigiado”. As pessoas que estão indo vacinar e levando um acompanhante para ter certeza da veracidade no procedimento. A técnica informa que é muito importante à contribuição do CES-MG, em prol da população. Cada Município realiza as campanhas conforme a divulgação municipal e federal. Todas as denúncias estão sendo encaminhadas aos órgãos responsáveis. As recomendações do Ministério da Saúde de distribuição da primeira e segunda dose para trabalhadores da Saúde estão sendo seguidas. As estimativas de distribuição das vacinas são

realizadas via sistema. Os municípios recebem os quantitativos condizentes a população e os grupos elencados pelo Ministério da Saúde. O acesso a vacina para os profissionais de coleta de lixo, esta em andamento com solicitação ao Ministério da Saúde. A “falsa vacinação” é uma “ação isolada que não deve acontecer”. É solicitado apoio para sanar esta conduta. As faixas etárias de vacinação são atendidas conforme a liberação do Ministério da Saúde. A servidora Danielle Capistrano SES-MG da Diretoria de Vigilância de Agravos Transmissíveis, justificou a falta de Janaina Fonseca (Diretoria de Vigilância de Agravos Transmissíveis), apresentou o Cenário Epidemiológico das Arboviroses em Minas Gerais. O servidor Wellington da Comunicação e Mobilização Social da SES-MG deu continuidade a apresentação com o tema de Campanha Aedes 2020/21 SES-MG. O Conselheiro Estadual de Saúde de Minas Gerais, Geraldo Heleno Lopes, entidade FAPMG, segmento usuário, externou sua preocupação com a Dengue. Destacou que foram perdidos os indicadores dessas doenças, e gostaria de saber quais são os 167 municípios que não encaminharam o plano municipal de atuação com relação às Arboviroses? O Conselheiro Estadual de Saúde de Minas Gerais, Eduardo Araújo, segmento usuário entidade Morhan, solicitou orientação as reuniões de arboviroses, para sua maior participação, que tem acompanhado situações da Dengue e Chikungunya no Estado. O Conselheiro Estadual de Saúde de Minas Gerais, Antônio Pádua Aguiar, entidade CUT-MG, segmento usuário, informa que a região do bairro Barreiro-BH, que tem muitas nascentes, há uma área de preservação Estadual, por tanto “Arboviroses. Pede esclarecimento do uso do sistema “Wolbachia”. Informa que as campanhas preventivas são muito importantes. A Conselheira Estadual de Saúde de Minas Gerais, Leida Maria de Oliveira Uematu, segmento usuário entidade Fórum Mineiro de Saúde Mental, solicita informações sobre crianças nascidas com microcefalia no Estado. A Secretária Geral do CES-MG, Lourdes Aparecida Machado, segmento trabalhador, entidade CRP-MG, destacou o trabalho árduo dos profissionais empenhados no combate ao Covid-19. Destacou a atuação e contribuição do c Conselheiro Estadual de Saúde de Minas Gerais, Eri Rodrigues, segmento usuário, entidade MORHAN-MG, na região Leste. Os outros agravos relacionados à saúde não podem deixar de ter atenção. O Vice-presidente do CES-MG, Ederson Alves da Silva, segmento usuário – Entidade CUT-MG, frisou que é muito importante a prevenção com as campanhas para o combate as Arboviroses. A técnica informa que não existe uma pesquisa em torno das situações de Dengue e Chikungunya, que existem hipóteses em discussão dentro do cenário atual. O vetor de transmissão da Chikungunya é o mesmo, mas vem aumentando o número de casos. Os planos municipais de contingências, serão passados ao CES-MG. A “nível central” não é possível que se tenha controle quanto às datas de reuniões dos comitês. O sistema “Wolbachia”, é desenvolvido pelo Núcleo de pesquisa e inovação das doenças emergentes e reemergentes (NUPID), que atua em 23 municípios. A microcefalia, as causa tem vários fatores, dentre eles o Zica Vírus e em virtude desse vírus existe uma acompanhamento do REUSP, sistema que monitora as notificações de casos. Informou a Secretária Geral do CES-MG, Lourdes Aparecida Machado, segmento trabalhador, entidade CRP-MG que entrará em

contato com o Conselheiro Estadual de Saúde de Minas Gerais, Erli Rodrigues, segmento usuário, entidade MORHAN-MG, para verificar a situação de Governador Valadares. É necessário que as estratégias aplicadas pelo Estado sejam aplicadas para que o Município faça seu papel. Quanto aos colegiados regionais, a SES-MG estará disponível para quaisquer esclarecimentos. O controle das crianças com microcefalia vem ocorrendo de forma digital. Existe uma orientação para que os municípios sejam parceiros para as divulgações de comunicação embora haja uma “limitação de internet”. Há uma cartilha voltada para o público infantil para orientação de prevenção das Arboviroses. Participaram da reunião as seguintes conselheiras e conselheiros : Geraldo Heleno Lopes, segmento usuário - entidade FAPMG / Ederson Alves da Silva, segmento usuário - entidade CUT-MG / Renato Almeida de Barros, segmento trabalhador - entidade SIND-SAÚDE / Fernanda Coelho Carvalho, segmento usuária - entidade COLETIVO BIL / Pedro Israel da Cunha, segmento usuário - entidade CNBB REG LESTE II / Claudete Liz de Almeida, segmento usuária – entidade UGT / Terezinha de Oliveira Rocha, segmento usuária - entidade FADEMG / Roberto Santana Lisboa Batista, segmento trabalhador - entidade CRF-MG/ Eduardo Araújo Souza, segmento usuário - entidade MORHAN / Leida Maria de Oliveira Uematu, segmento usuário - entidade FÓRUM MINEIRO DE SAÚDE MENTAL / Rubens Silvério da Silva, segmento usuário - entidade FAMEMG / Antônio Pádua Aguiar, segmento usuário - Entidade CUT-MG / Consuelo Aparecida Gonzaga, segmento usuária - entidade FADEMG / Erli Rodrigues, segmento usuário - entidade MOHRAN / Aletéia D'Alcântara Gonçalves Silva, segmento usuária - Entidade FADEMG / Rômulo Luiz Campos, segmento usuário - entidade FETAEMG / Maurício Silva Vitor Amaral, segmento usuário - entidade TRANSVIDA / Marília Aparecida Rosário Oliveira Santos, segmento prestador - entidade AHFMG / Aríete do Perpétuo Socorro Domingues de Araújo, segmento trabalhador – entidade SINMED , Maria da Penha de Oliveira, CNBB REG LESTE II, segmento usuária.

Belo Horizonte, 12 de abril de 2021.